Ministério da Cultura

Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC

ATA

1ª REUNIÃO DO COLEGIADO SETORIAL DE CULTURAS INDÍGENAS

Brasília (DF), 01 de Junho de 2010

Local: St. Paul – Brasília/DF

COLEGIADO SETORIAL DE CULTURAS INDÍGENAS

Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e dez, às nove horas, nesta cidade de Brasília, Estado do Distrito Federal, no Hotel St. Paul, situada nesta capital, sob a coordenação do Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC), na presença dos (as) Conselheiros (as): Sr. **Antônio Mauricio Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais); Sra. **Denise Rosana Wolf** (Mediadores Culturais); Sra. **Elaine Tozzi** (SCC/MinC); Sr. **Euclides Pereira** (Ministério do Meio Ambiente); Sr. **Farney Tourinho de Souza** (Representantes Indígenas); Sra. **Ivonildes Brandão Borges** (Representantes Indígenas); Sr. **João Pacheco de Oliveira Filho** (Mediadores Culturais); Sra. **Iara Monteiro Attuch** (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome); Sra. **Luciane Ferreira** (SID/MinC); Sr. **Luiz Donisete Benzi Grupioni** (Representantes Indígenas); Sra. **Maria das Dores C. P. do Prado** (Representantes Indígenas); Sra. **Maria Ivoneide Campos da Silva** (Representantes Indígenas); Sr. **Pedro Domingues** (Ministério da Cultura); Sr. **Rafael Pessoa** (Mediadores Culturais); Sra. **Renata Curcio Valente** (Museu do Índio); Sr. **Ricardo Lima** (Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural); Sra. **Rita Gomes do Nascimento** (Região Nordeste); Sr. **Romancil Kretã** (Região Sul); Sr. **Sérgio dos Santos** (Região Norte) e da Sra. **Vanda**

Domingos da Silva (Representantes Indígenas): Teve início a 1ª Reunião do Colegiado Setorial de Culturas Indígenas coordenada pelo Senhor **Gustavo Vidigal**, servidor do Ministério da Cultura destinada a apreciar a seguinte pauta: **Pauta do dia 1º de Junho de 2010: 1)** Abertura da Sessão; **2)** Explanação sobre o novo formato do FNC: Competências do Colegiado Setorial de Culturas Indígenas; **3)** Eleição do Representante do Colegiado no Plenário do CNPC; **4)** Eleição do Representante do Colegiado para o comitê dos fundos setoriais; **5)** Regimento Interno; **6)** Proposta de estruturação do Fundo da Diversidade. **Item 1) Abertura da Sessão**: O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) cumprimentou o Colegiado e deu início à reunião; Destacou a presença de dois Colegiados: Livro e Leitura e Culturas Indígenas. Informou que durante a reunião iria apresentar o novo modelo do Fundo Setorial, que engloba a divisão em áreas do Fundo Setorial. Lembrou que o Colegiado iria escolher os representantes, titular e suplente, do Conselho e dos comitês dos Fundos Setoriais. Lembrou que o Ministério solicitou a inclusão de pauta, para Diretoria de Direito Autoral apresentar da nova lei de Direito Autoral. Mesmo com a pauta sobrecarregada, avaliou que a apresentação seria importante. Passou a palavra para Sra. **Silvana Menezes** (Ministério da Cultura), Sr. **Américo Córdula (Ministério da Cultura)**, e Sr. **Fabiano dos Santos** (Diretoria de Livro, Leitura e Literatura do Ministério da Cultura). **Item 2) Explanação sobre o novo formato do FNC: Competências do Colegiado Setorial de Livro e Leitura e Literatura:** A Sra. **Silvana Meireles** (Ministério da Cultura) cumprimentou a

todos. Discursou sobre o Fundo do Livro e Leitura, compreendendo que seja parte do Fundo Nacional de Cultura, como o Fundo Setorial que faz parte do Fundo Nacional de Cultura, já no modelo da nova Lei Rouanet, do Pró-Cultura. Propôs que houvesse a apresentação do Fundo Setorial de Livro e Leitura e que, na ocasião, o Colegiado pudesse discutir no âmbito do Livro e Leitura. Avaliou a importância da atenção aos pontos que seriam discutidos não só no campo geral do Direito Autoral, mas especificamente no do Livro e Leitura. Informou que o Ministério continua nos estados realizando seminários de discussão do Plano Nacional de Livro e Leitura, que faz parte da pauta de prioridades até o fim do ano. Explicou que a pauta se trata do encaminhamento da proposta do projeto de transformar o Plano Nacional do Livro e Leitura em um projeto de lei. Ressaltou que deve encaminhar o projeto de lei ao Congresso Nacional, encaminhar a proposta do projeto de lei para a criação do Instituto do Livro e também ao Congresso. Comentou que essa é a proposta do Fundo Setorial do Livro e Leitura para o segundo semestre. Lembrou dos resultados de uma pesquisa censitária, que foi encomendada à Fundação Getúlio Vargas, para mapear a situação das bibliotecas públicas municipais em todo o país. Informou que a pesquisa está à disposição de todos, no *site* do Ministério da Cultura. Explicou que faz parte não só dos desafios do Livro e Leitura, mas especificamente de um programa, que é o Mais Cultura. Afirmou que há um desafio e um compromisso do Ministro da Cultura de colocar pelo menos uma biblioteca pública em cada município brasileiro. Relatou que a FGV apontou que hoje são 79% os

municípios que possuem essa biblioteca pública municipal funcionando, 13% estão reabrindo essas bibliotecas, pois estão fechadas por algum motivo, reforma, mudança, mudança de gestão, e 8% foram apontados, o que corresponde a 420 municípios do país, que não tinham qualquer biblioteca pública municipal. Disse que o Ministério já adquiriu os 420 kits, que são compostos por acervo, equipamentos, mobiliários, computadores e que já está tratando com cada um desses 420 municípios para uma previsão de, até o final desse semestre, ter dotado cada município brasileiro de uma biblioteca pública municipal. Frisou que o próprio Ministério vai adotar uma série de medidas para garantir que essas bibliotecas permaneçam abertas e em funcionamento. Comentou que foi lançado um edital, em três categorias, para 300 bibliotecas públicas do país. Explicou que irão da reforma à aquisição de acervo, à sensibilidade, à programação cultural. Relatou que os investimentos do Ministério da Cultura no campo do Livro e Leitura, de 2003 a 2009, já somam 280 milhões e continuam aprimorando a política com o desafio de aumentar e qualificar o número de leitores, por meio do Mais Cultura ou da indução em municípios e estados, para que eles adotem o Plano Nacional do livro e Leitura, fazendo seus planos estaduais e municipais, para que adotem a política do Livro e Leitura. Desejou a todos uma boa reunião e encerrou o discurso. O **Sr. Américo Córdula (Ministério da Cultura)** cumprimenta e agradece a presença de todos. Destacou que o Colegiado Setorial de Culturas Indígenas e o de Culturas Populares foi uma conquista mas, como anteriormente não existiam as

Câmaras Setoriais de Cultura Popular e de Indígenas, o grupo que trabalha atualmente está começando a articulação dentro do Plano Setorial das Culturas Indígenas, das Culturas Populares e dos Fundos, e tem uma visão relativamente atrasada. Para ele, é necessário compensar esse tempo, principalmente porque as demais Câmaras Setoriais já estão há bastante tempo articuladas e organizadas. Admitiu que o Colegiado terá um trabalho extra, pois propuseram o Fundo Setorial da Diversidade Cultural de Acesso, que é um fundo para toda a diversidade cultural. Citou a três secretarias que estão coordenando o fundo: a SID, a Secretaria da Cidadania Cultural, que trabalha com o programa Cultura Viva, que trabalha com essa diversidade, e a Fundação Palmares, que atua diante da cultura negra e quilombolas. Disse que os projetos que serão submetidos dentro do fundo são projetos indígenas, que tem toda a sua especificidade, a questão de logística, tem os custos, tem toda uma dinâmica que é diferenciada, por exemplo, dos projetos submetidos ao fundo de Artes Cênicas, ao fundo de Música, ao fundo de Livro e Leitura. Comentou que a composição do comitê deverá atender à diversidade como um todo, e não só ao segmento o qual determinado colegiado setorial representa. Mencionou que o Colegiado deve implementar o funcionamento como deve ser, a partir da aprovação da reforma da Lei de Incentivo à Cultura, o Pró-Cultura. Ressaltou que, pela primeira vez, o Colegiado está construindo um Plano Nacional para a Cultura e o Fundo Setorial é uma proposta de forma mais democrática para poder financiar os projetos, ter acesso, por isso o Fundo se chama Diversidade e Acesso, pois vai

permitir que os segmentos que estavam invisíveis para as políticas públicas até então possam, de fato, ter condições de desenvolvimento das suas atividades. Ele sugeriu trabalhar também uma estratégia de implementação. Para ele, os Planos e os próprios Fundos irão sofrer avaliações e revisões. Frisou que é fundamental desenvolver a estratégia quando for estabelecer o regimento interno, traçando prioridades, criando uma coluna vertebral para depois ramificar. Agradeceu a todos e encerrou o discurso. O Sr. **Kléber Rocha (SEFIC/MinC)** cumprimentou a todos e se apresentou. Disse que o Ministério da Cultura, por meio das discussões que se desenvolveram nos últimos anos, entendeu que o ano de 2010 é fundamental para implementar ações a partir das movimentações orçamentárias sinalizadas pelo Ministério. Explicou que o Ministério da Cultura estava tradicionalmente acostumado a trabalhar com volume orçamentário mais restrito em relação ao Fundo Nacional de Cultura. Disse que a partir das discussões envolvendo o Pró-Cultura, no qual o incentivo fiscal deixa de ser o principal expoente em relação ao apoio a projetos, é importante buscar um novo desenho de estruturação do chamado Novo Fundo Nacional de Cultura. Comentou que, para 2010, o Fundo ainda terá em sua origem elementos da legislação atual, tendo em vista que Pró-Cultura ainda é motivo de apreciação junto ao Congresso Nacional. Completou que a proposta que está sendo trazida para o ambiente dos dois colegiados, Cultura Indígena e Literatura e Humanidades, tem como objetivo expressar um esqueleto mínimo de possibilidades e de estruturação para um modelo posterior. Apontou que a base legal utilizada é a Lei 8313/91,

a Lei Rouanet e o Decreto 5761/06. Informou que o documento que o Colegiado recebeu é uma síntese de um regimento interno da Comissão Nacional do Fundo Nacional de Cultura. Pontuou a estrutura apresentada para a gestão do Fundo Nacional em oito programações específicas, as mesmas identificadas no Pró-Cultura: Artes Visuais; Artes Cênicas, que na discussão com o Colegiado de Artes Cênicas se pediu que trabalhasse numa lógica de circo, dança e teatro, uma especificidade bem mais objetiva; a outra programação seria a de Música; Acesso e Diversidade, no qual as culturas indígenas estão identificadas; Patrimônio e Memória; Livro e Leitura, Literatura e Humanidades; Ações Transversais de Equalização de Políticas Culturais e Incentivo à Inovação do Audiovisual. Explicou que as programações específicas podem ser percebidas como fundos setoriais e, para que possam receber recursos orçamentários e se estruturarem através de programas, ações e projetos, se pensou numa estrutura gestora. Essa estrutura gestora, para a Comissão Nacional do Fundo Nacional de Cultura, é formada por um órgão colegiado, que seria a própria Comissão Nacional do Fundo Nacional de Cultura; um órgão executivo, que seria a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura; um órgão consultivo, que são os comitês técnicos, nos quais os Colegiados Setoriais poderão compor de maneira protagonística; e um órgão de monitoramento, que estaria a cargo da Secretaria de Políticas Culturais. Esclareceu que o papel do órgão colegiado seria a estrutura da articulação, pois a base legal que está colocada hoje já garante para a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura a condição de

validação de projetos e propostas de ações culturais. Informou que, em relação ao papel de órgão executivo da Secretaria de Fomento, dentro do Ministério da Cultura, os elementos de execução já estão sendo colocados de forma material; no órgão de monitoramento, a Secretaria de Políticas Culturais pretende desenvolver algumas ações; o órgão consultivo é a única novidade colocada nessa estrutura gestora, pois não existe ainda um aporte de legalidade na legislação que constitua essa estrutura, seja por meio da Lei 8.313, ou mesmo pelo Decreto 5.761. Disse que os Comitês Técnicos de Incentivo à Cultura subsidiam a elaboração dos programas e ações do Plano Nacional de Cultura, apresentado ao Ministério da Cultura através de umas das programações específicas. Informou que terão composição paritária entre gestores públicos e de governo, especialistas nas áreas setoriais e representantes da sociedade civil. Falou também que cada integrante será nomeado por ato do Ministro da Cultura e serão presididos pelos titulares das secretarias ou órgãos do Ministério da Cultura, responsáveis estatutariamente pela área vetorial específica correspondente. Mostrou que ficam instituídos oito comitês técnicos de incentivo à cultura, um para cada programação específica, como órgãos avaliadores dos méritos e julgadores das necessidades financeiras dos programas e ações propostos ao Fundo Nacional de Cultura e que serão integrados por quatro representantes das áreas específicas do Ministério da Cultura, para cada uma das programações. Comentou que os comitês técnicos serão presididos por integrante eleito entre os quatro representantes da inicial, o qual terá voto somente em caso

de necessidade ou desempate. Disse que cada colegiado setorial das áreas técnicas ou artísticas de patrimônio cultural, constituído no âmbito do Conselho Nacional de Políticas Culturais, corresponderia às linguagens de áreas temáticas compreendidas no Fundo Nacional de Cultura e indicará os representantes da sociedade civil ao Ministro de estado da Cultura. Afirmou que o que está colocado com relação às competências dos Comitês Técnicos de Incentivo à Cultura, na condição de órgão consultivo, tem a preocupação de garantir as demandas de programa ou ação apresentada ao Ministério da Cultura através das programações específicas, assessorar a Comissão Nacional do Fundo Nacional de Cultura por demanda do seu órgão executivo, subsidiar o órgão de monitoramento, que seria a Secretaria de Políticas Culturais, na elaboração de critérios técnicos para a utilização dos recursos do Fundo Nacional de Cultura em consonância com o Plano Nacional de Cultura, observadas as diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional do Fundo Nacional de Cultura; subsidiar e elaborar a folha de avaliação dos programas, julgar a pertinência e adequação orçamentária dos programas e ações financiadas, segundo o Plano de Trabalho Anual do Fundo Nacional de Cultura no seu âmbito de conhecimento técnico e específico; demandar estruturas de pesquisas para elaborar diagnósticos necessários à elaboração do Plano de Trabalho Anual da Comissão Nacional do Fundo Nacional de Cultura. Explicou que no documento-síntese, a partir do instante que se identificou, por parte do Ministério da Cultura, a necessidade de ter um documento que pudesse materializar e acolher o conjunto de propostas oriundas das

áreas finalísticas das unidades vinculadas e, sobretudo, as discussões das áreas envolvidas nesse espaço, através dos colegiados setoriais, ficou entendido que era fundamental que a experiência, o conhecimento e a percepção seriam fundamentais para qualificar a demanda em relação à qualidade dos projetos a serem pensados e que, dessa maneira, a Comissão Nacional do Fundo Nacional de Cultura teria um papel diferente do que hoje estaria colocado para a Comissão de Incentivo, por exemplo, que analisa os projetos culturais que tramitam no Ministério e buscam apoio através da lei de incentivo. Concluiu que a pauta de projetos ficaria mais nas instâncias anteriores de organização dos editais e a demanda colocada para dentro dos comitês técnicos teria muito mais o caráter de discussão. Agradeceu a todos e passou a palavra. O Sr. **Marcelo Veiga (Coordenador-Geral do CNPC)** abriu a sessão para perguntas e debates. O Sr. **Antônio Almir Mota (Área de Criação)** cumprimentou a todos. Expôs que há uma preocupação com a questão da denominação "Humanidades", em relação ao Colegiado Literatura, Livro e Leitura. Para ele, todas as áreas artísticas e culturais são humanas. Avaliou que a palavra "Humanidades" está muito ampla para o Colegiado. Perguntou ao Sr. **Kléber Rocha (SEFIC/MinC)** quantos representantes são do Ministério, quem seriam e em relação aos representantes da sociedade civil, se tratando do Livro e Leitura e Cultura Indígena, que tipo de representantes, dentro do CNPC, cumpriria esse papel. O Sr. **Edgar Jesus Figueira Borges** (Região Norte) questionou quais são as limitações impostas a quem fizer parte do órgão consultivo, se o representante vai

poder participar de projetos, editais ou se terá alguma limitação. A Sra. **Juracy Ignêz Assmann Saraiva** (Área de Mediação) comentou sobre as questões que já tinham sido debatidas no setor do Livro, Leitura e Literatura e disse que a restrição pelo termo Livro, Literatura e Humanidades se dá pelo fato de que, ao incluí-lo, deixa a entender que o setor desconhece que todas as ações explicitadas se voltam também para as ciências humanas e sociais. O Sr. **Américo Córdula** (Ministério da Cultura) propôs a retirada do termo "Humanidades" no setor do Livro, Leitura e Literatura. O Sr. **Luis Donisete Benzi Grupioni** (Mediadores Culturais) perguntou como serão indicados os três especialistas ou criadores citados no item III da composição. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Executivo do CNPC) cumprimentou a todos. Comentou que estava no Congresso, pois estava na tentativa de buscar a aprovação do Vale-Cultura, prevista para a semana seguinte desta reunião, para entrar em ação no segundo semestre. Lembrou que os colegiados teriam que eleger os representantes no Plenário do CNPC e também no comitê técnico, que vai acompanhar a execução dos fundos. Destacou que, no caso da Cultura Indígena, o desafio que o pessoal tem é justamente transformar as diretrizes dos Planos Setoriais em algo tangível para o Comitê acompanhar a execução dos fundos. Para ele, será uma experiência inovadora no Brasil, o fundo já tem hoje cerca de 850 milhões de Reais. Disse que o Plano vai ser as diretrizes que os comitês técnicos irão acompanhar na hora de executar o dinheiro e, com participação da sociedade civil, irão poder interferir no andamento, na ordem de prioridade, enfim,

acompanhar a execução. Estimou que, a princípio, o fundo setorial tem cerca de 10 milhões de Reais, que vai ser gasto em todos os seguimentos que compõem o fundo setorial. Disse que o Colegiado precisa construir representações políticas que consigam levar as decisões do Plenário do CNPC, as decisões do Plenário do Comitê Técnico para a ponta, para mostrar a importância do Plenário do Conselho, dos comitês técnicos e dos colegiados. Levantou a questão que, como Plenário do CNPC é muito novo, tem apenas três anos, a criação da legitimação política é um esforço que não é só do governo, é de todo mundo, e tem que ser constante, pois a execução do dinheiro dos fundos setoriais vai mostrar efetividade. O Sr. **Kleber Rocha** (SEFIC/MinC) tomou a palavra para responder os pontos levantados. Com relação à questão de "Humanidades", ele esclareceu que as apreciações que foram sinalizadas, o Ministério irá registrar para termos na redação do regimento o texto mais adequado, o que for deliberado será encaminhado para registro e para a implementação do que for sinalizado. Sobre os comitês técnicos, ele disse que os quatro representantes do Ministério da Cultura serão indicados pela representação do próprio Ministério, por meio de suas secretarias, de seu corpo de vinculadas, conforme a área específica, e os três indicados da sociedade civil serão oriundos das indicações da própria plenária dos colegiados setoriais. Informou que, com relação aos especialistas e aos de notório saber, estão sendo solicitadas indicações dos secretários ou presidentes de vinculadas ou, no caso, do diretor de Livro e Leitura, responsáveis por cada um dos colegiados setoriais. Explicou

que cada colegiado setorial que está compondo vai estruturar um comitê. O Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** comentou sobre a questão dos recursos. Para ele, é muito importante que o Colegiado consiga ter recursos e participação forte da sociedade civil na definição da conformação dessa política, da forma como vai ser executada. Sugeriu que explicitassem melhor quais são os critérios tomados para a divisão do recurso neste ano e que se façam o esforço para que o segmento, de fato, seja contemplado com recursos. A Sra. **Maria das Dores C. do Prado** (Representantes Indígenas) questionou se os Povos indígenas poderiam entrar como Música, Patrimônio e Memória. Apontou a importância dos esclarecimentos em relação aos critérios tomados para chegar a conclusão específica de valor. O Sr. **Fabiano dos Santos (Diretoria de Livro, Leitura e Literatura do Ministério da Cultura)** argumentou sobre a questão dos três representantes e dos colegiados que compõem o Conselho Nacional. Questionou como pode compor, considerando que as outras entidades que vão ser inseridas também devem demonstrar interesse em participar desses colegiados. O Sr. **Nilton Bobato (Região Sul)** sugeriu que mudasse o método de escolha dos representantes colocados na composição discutida. O Sr. **Kléber Rocha (SEFIC/MinC)** levantou a questão de valores, que ainda estão sendo trabalhados dentro do Ministério da Cultura. Explicou que as áreas finalísticas do Ministério foram convocadas a apresentarem propostas de programas e ações, nos quais eles entendiam que valeria à pena ser explicitado para a sociedade como um todo. Ressaltou que o volume de

programações e propostas das unidades vinculadas e da secretaria específica ainda estão sendo motivo de recepção por parte do Ministério. Completou que, a partir do volume de propostas sinalizadas e do montante orçamentário que está colocado com possibilidade de expansão, irão trabalhar com esses elementos. O Sr. **Gustavo Vidigal (Secretário-Executivo do CNPC)** comentou que a discussão estava em torno do funcionamento do fundo que vai movimentar cada vez mais dinheiro. Disse que toda a cultura pode se organizar em torno de dar uma pressão anual por liberação do fundo. A Sra. **Denise Rosana Wolf** (Mediadores Culturais) perguntou se é possível que o regimento preveja como será feita a distribuição dos recursos, se poderia ser feito de forma proporcional entre cada segmento, para que um segmento não seja prejudicado no momento de alocar os recursos. O Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) argumentou que não dá para discutir dinheiro sem saber onde alocar. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) disse que os colegiados iriam definir essa estratégia, essa diretriz geral. O Sr. **Américo Córdula** (Ministério da Cultura) colocou que o colegiado tem que separar os projetos que vão ser submetidos ao fundo setorial dos que serão submetidos pela sociedade civil. Lembrou que o Plano Nacional de Cultura vai ser realizado com dinheiro do Fundo Nacional de Cultura e não com o dinheiro do fundo setorial. Indagou que esse planejamento de dez anos tem revisões a cada dois anos, por isso ele acha que deve construir uma coluna vertebral para que, depois, essas ramificações aconteçam nos dez anos. Outros aspectos

abordados foram o Plano Nacional de Cultura, o Fundo Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura. Explicou que o Sistema Nacional de Cultura forma esse tripé porque os estados e municípios, a partir do Plano Nacional de Cultura, vão ter que colocar orçamentos para a execução desse plano. Vai ter o plano estadual de cultura, o plano municipal de cultura e, claro, que o alinhamento de todos esses planos com o Governo Federal é que vai permitir, por exemplo, a transferência de recursos. O Sr. **Kleber Rocha** (SEFIC/MinC) esclareceu que o esforço do Ministério da Cultura, tensionado pela demanda da comunidade proponente, sinalizou pela urgência e pela necessidade de ter um modelo de gasto que pudesse dar visibilidade e, de alguma maneira, ter uma lógica republicana com relação ao gasto dos recursos. Abordou que a Lei 8.313, a Lei Rouanet, já previa na sua origem a obrigatoriedade de que fossem desenvolvidos planos de trabalho anuais com relação ao desembolso, à apreciação e à apresentação de propostas culturais ao Ministério. Declarou que a ideia era apresentar, em junho, um plano de trabalho anual em que as oito programações específicas, recheadas com possibilidades de programas, ações, bolsas e conveniamentos, possam de alguma maneira explicitar essa situação. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Executivo do CNPC) explicou como está funcionando a interferência dos espaços colegiados no funcionamento dos fundos. Lembrou que, em 2009, foi discutida entre os conselheiros e o colegiado emitiu uma resolução que estabelece algumas diretrizes para o funcionamento do fundo, frisando que a mais importante de todas diz respeito à regionalização, ao uso

federativo dos recursos. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) encerrou a primeira parte da reunião do Colegiado Setorial de Literatura, Livro e Leitura e do Colegiado de Culturas Indígenas. Na continuidade, os colegiados foram separados em salas distintas. **Item 3) Eleição do Representante do Colegiado no Plenário do CNPC:** O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC) retomou os trabalhos na parte da tarde; Informou que trabalhariam naquele momento o ponto de pauta da eleição dos representantes, tanto para o Plenário do CNPC quanto para o Comitê dos Fundos Setoriais; Perguntou aos conselheiros se eles já haviam discutido antes algo a respeito do assunto. A Sra. **Denise Rosana Wolf** (Mediadores Culturais) e o Sr. **Romancil Kretã** (Região Sul) informaram que já haviam decidido no dia anterior, em uma eleição bem democrática e por consenso, os dois membros do Colegiado para o Plenário do CNPC, sendo estes: como titular a Sra. **Maria das Dores C. P. do Prado** [Dora Pankararu] (Representantes Indígenas) e, como suplente, o Sr. **Romancil Kretã** (Região Sul). **4) Eleição do Representante do Colegiado para o comitê dos fundos setoriais:** O Sr. **Américo Córdula** (Ministério da Cultura) explicou alguns pontos a respeito do que seria o Comitê Técnico do Fundo de Acesso à Diversidade e qual o seu volume de trabalho; Informou que terão três assentos para três colegiados nesse Fundo, um para o Colegiado de Culturas Populares, um para o Colegiado de Cultura Afro-Brasileira e um para Culturas Indígenas; Explicou, ainda, que hoje existe, dentro do Conselho Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC, a

carta que permitirá a captação de recursos usando a Lei de Incentivo; Deixou claro que a quantidade de projetos por mês é bem ampla, cerca de mil deles por mês, e que esse representante que será eleito, portanto, deverá ter disponibilidade para vir a Brasília se não mensalmente, a cada dois meses julgando os projetos; Observou ainda que não era só conhecer a necessidade indígena, mas ampliar o espectro de visão dos outros seguimentos e, claro, ajudar nos critérios de avaliação. Esclarecidos os aspectos importantes, o Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Executivo do CNPC) perguntou quem se candidatava a essa representação. O Sr. **Farney Tourinho de Souza** (Representantes Indígenas) se candidatou. A Sra. **Vanda Domingos da Silva** (Representantes Indígenas) se candidatou ressaltando achar importante que fosse um homem e uma mulher. O colegiado sugeriu que o representante fosse o Sr. **Antônio Mauricio Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) que, por sua vez, aceitou a candidatura. Após deliberações, dos catorze componentes do Colegiado Setorial de Culturas Indígenas, houve: sete votos para o Sr. **Antônio Maurício** como titular e o Sr. **Farney** como suplente; três votos para o Sr. **Antônio Maurício** como titular e a Sra. **Vanda** como suplente; um voto para o Sr. **Farney** titular e Sr. **Antônio Maurício** suplente; um voto para Sr. **Farney** titular e Sra. **Vanda** suplente, além de duas abstenções. Portanto, ficou decidido pelo Colegiado, que o Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** será o titular e o Sr. **Farney Tourinho de Souza** o seu suplente, no Comitê Técnico do Fundo de Acesso à Diversidade. O Sr. **Romancil Kretã** (Região Sul) pediu

desculpas e renunciou à candidatura da cadeira do Plenário do CNPC, aprovado anteriormente, pois informou que estava com uma reunião importante do PIB que definirá o acampamento terra livre e, por isso, não poderia mais ser o suplente, deixando o cargo vago. A Sra. **Denise Rosana Wolf** (Mediadores Culturais) colocou que já que o Sr. Romancil Kretã não seria mais o suplente na cadeira do Plenário, que como o Sr. Farney havia sido terceiro mais votado, que ele assumisse então a suplência do Conselho. O Sr. **Américo Córdula** (Ministério da Cultura) reiniciou, portanto, a eleição para suplente na cadeira do Plenário do CNPC. Com nove votos para o Sr. Sérgio dos Santos; três votos para a Sra. Ivonildes Brandão Borges; uma abstenção do Sr. João Pacheco de Oliveira Filho e com a ausência do Sr. Romancil Kretã, que teve que ir embora antes, ficou definido que o suplente da cadeira do plenário do CNPC seria Sr. **Sérgio dos Santos** (Região Norte). O Sr. **Rafael Pessoa São Paio** (Mediadores Culturais) observou que essas pessoas que estão sendo eleitas agora construíram um movimento diferente de informação dentro da rede e que, mais do que eleger representantes, é fazer com que esses representantes realmente representem as coisas e passem para Colegiado, para estes poderem repassar isto para as bases. O Sr. **Fabiano Lima** (Ministério da Cultura) destacou a existência do blog - blogs.cultura.gov.br/culturasindigenas – criado para a pré-conferência setorial, que tem bastante material e é para ser usado como um espaço de diálogo pelos representantes. **Item 5) Regimento Interno:** O Sr. **Américo Córdula** (Ministério da Cultura) informou que haveria uma mudança de

pauta, pois não iriam trabalhar com o regimento interno conforme previsto; Explicou que como o regimento ainda seria construído pela Secretaria de Políticas Culturais, eles teriam que aguardar as orientações da Secretaria; Passou então para o próximo item de pauta. **Item 6) Proposta de estruturação do Fundo da Diversidade:** O Sr. **Américo Córdula** (Ministério da Cultura) explicou como estava funcionando o Fundo Setorial; Disse que seria regulamentado através da reforma da Lei de Incentivo do Pró-Cultura e que a Secretaria de identidade e Diversidade estava, então, colhendo as propostas dos colegiados. O Sr. **Fabiano Lima** (Ministério da Cultura) ressaltou que essas propostas deveriam ser encaminhadas pelo Colegiado para a coordenadoria do CNPC, que à posteriori fará outro encaminhamento para a SEFIC. O Sr. **Américo Córdula** (Ministério da Cultura) explicou que o Fundo Setorial de Acesso à Diversidade é um Fundo que vai abranger diversos seguimentos, devendo colocar como é que esse Fundo deveria ser estruturado; Abriu as inscrições para o debate. A Sra. **Denise Rosana Wolf** (Mediadores Culturais) questionou como contemplar todas as 220 etnias dentro desse fundo. O Sr. **Américo Córdula** (Ministério da Cultura) respondeu que a discussão não seria sobre critérios, mas sim de estrutura, de como deveria se estruturar o Fundo Setorial da Diversidade. O Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) observou que teriam que especificar o público alvo, para quem os recursos seriam destinados e, depois, dentro de cada elemento desses, as áreas de abrangência dos projetos que seriam o objeto de estudo da apreciação; Ressaltou que

será trabalhoso, mas terá que ser feito por seguimento e depois ser acoplado, filtrado, para poderem chegar num finalmente substantivo, que dê conta de toda essa diversidade. O Sr. **João Pacheco de Oliveira Filho** (Mediadores Culturais) disse que, em termos de estruturação, talvez fosse interessante complementar com outras formas de pensar e de agir; Observou que talvez pudesse montar, paralelamente a esse conselho, uma análise preliminar desses processos enviados para eles, que fizessem uma leitura inicial; Relatou que é importante que a pessoa que vá decidir tenha informações mais específicas de alguém que está mais próximo da questão; E, ainda, que também a questão da situação de riscos devesse ser colocada, do ponto de vista de conflitos, que embora todos tenham necessidade, existem populações que estão ameaçadas e ainda que não há como dissociar cultura e política; Salientou que as populações aderem mais fortemente à cultura, porque elas estão ameaçadas e veem na cultura um recurso político primordial; Finalizou colocando a importância de tentar enraizar o máximo isso dentro da vida coletiva desses povos. A Sra. **Renata Curcio Valente** (Museu do Índio) colocou que não poderiam perder como meta o que já havia sido discutido como diretrizes e orientações que foram pensadas para o plano; Observou que isso poderia, realmente, ser um conjunto de diretrizes para orientar o que pode ser proposto em relação ao fundo; Ressaltou sua preocupação quanto à sustentabilidade dos projetos e ao acompanhamento desses projetos e, além disso, da elaboração dos projetos. O Sr. **Américo Córdula** (Ministério da Cultura) respondeu que

quem definirá qual será o tipo do edital será uma linha de financiamento; Observou que vão resolver a avaliação dos projetos a partir do Sistema Nacional de Cultura e que o Sistema Nacional de Informação Cultural vai permitir saber se aquele projeto foi executado, como foi executado, que recursos foram alocados e assim por diante. A Sra. **Luciane Ferreira** (Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural-Ministério da Cultura) informou que são três instâncias de financiamento de pequenos projetos para os povos indígenas; Ressaltou que se forem pegar os temas que foram desenvolvidos por pequenos projetos das comunidades indígenas, são os mesmos com que o prêmio de culturas indígenas trabalha sob o viés da saúde, sob o viés do desenvolvimento sustentável ou sob o viés da cultura; Salientou que as organizações indígenas que são proponentes de pontos de cultura indígena, e que na primeira leva do Cultura Viva estão tendo dificuldades com a prestação de contas; Observou que se vão lidar com a Lei 8.666 terão que ter um suporte para essas organizações, para que elas possam entrar nesse projeto e sair desse projeto limpas; Relatou, ainda, que talvez devam pensar em uma assessoria técnica permanente para esses projetos, talvez vinculada ao Colegiado, para que se resolva então esse problema administrativo, que seja um processo de aprendizado e apropriação dos mecanismos de estado, sendo também um processo de aprendizado de projeto. O Sr. **Farney Tourinho de Souza** (Representantes Indígenas) relatou que sua preocupação era com a questão da conservação e preservação da memória, tendo em vista que o IPHAN está

desaparelhado; Informou que desde 1999 estão reivindicando uma ação do IPHAN em seu município, São Paulo de Olivença, e que essa ação não ocorre, tendo em vista que eles possuem um sítio arqueológico que está sendo destruído; Explicou que recentemente precisou entrar no Ministério Público Federal e Estadual, requisitando intervenção, ou a participação do Ministério Público para evitar essa destruição; Disse que sua região possui um potencial enorme, que precisa ser trabalhado na questão cultural, e está abandonado porque tem gestor na região que não entende nada de cultura; Ressaltou também que, com relação aos pontos de cultura, eles precisam ser direcionados de outra maneira, pois os convênios que foram feitos em suas secretarias não estão atendendo às necessidades deles. O Sr. **Américo Córdula** (Ministério da Cultura) respondeu que o Estado é quem define como será o edital, que eles não possuem gerência sobre o que vai executar, acompanhar ou quem vai escolher, que essa ação foi descentralizada. O Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) ressaltou que essa questão não tem fórmula pré-determinada e que, na realidade, é muito complexa e muito difícil, por isso, deveriam primeiro pensar que o Fundo possa, de um lado, contemplar projetos estruturantes que vão ser pensados por um seguimento menor; Disse também que talvez tenha que haver uma pequena parte do recurso do próprio fundo, destinada para determinados tipos de capacitação, de acompanhamento e de gestão do próprio fundo. A Sra. **Ivonildes Brandão Borges** (Representantes Indígenas) colocou que nunca viu nenhum indígena da cidade – Boa Vista - como representante

dos indígenas; Relatou que tem várias associações e organizações, tanto na comunidade quanto na cidade, e que voltando para casa irá reunir outras entidades para terem uma boa conversar do que se passa aqui. O Sr. **Luis Donisete Benzi Grupioni** (Mediadores Culturais) reforçou alguns pontos que surgiram na discussão que considerou super importantes; Comentou que seria bom terem um bom formulário de acesso, que seria a chave para resolver metade dos problemas que vão surgir nas análises; Ressaltou que só para garantir a importância, os editais são importantes, porque você não só prioriza campos onde você quer investir, quer ampliar e estruturar, dar um direcionamento político para certas coisas, mas é fundamental manter aberta a demanda livre. O Sr. **Américo Córdula** (Ministério da Cultura) agradeceu pelas contribuições de todos; Disse que sabe das necessidades de todos, dos problemas locais, mas que estariam ali representando os indígenas do Brasil que, portanto, se você enxergar somente um local vão deixar de fora muita gente; Ressaltou que no processo de aprendizado que ele, o "Governo", está passando, que estão aprendendo a ouvir e estariam ali representando apenas os seus povos, as suas comunidades, os seus problemas locais; Finalizou sua participação colocando que aquele era um crescimento mútuo e, mais uma vez, gostaria de agradecer a presença de todos e ao CNPC. A Sra. **Luciane Ferreira** (Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural-Ministério da Cultura) colocou que precisavam dar alguns encaminhamentos com relação à elaboração do plano e socializar com todos; Ressaltou que as sugestões com relação ao texto que foi lido conjuntamente no

dia anterior deveriam ser encaminhadas até dia 13 de junho, de preferência com uma redação pronta, já com uma proposta de redação de texto para joana.botom@cultura.gov.br e luciane.ferreira@cultura.gov.br; Informou que o texto será revisado então pelo grupo de trabalho, que se reunirá no final de junho, e a proposta a ser vista com a data ainda está a ser confirmada; Acrescentou que estão propondo a divisão de tarefas com o grupo de trabalho que envolve os suplentes e os titulares, então a introdução do plano ficaria a cargo do Sr. João Pacheco, o marco legal ao Sr. Luiz Donizete, o diagnostico situacional com o Sr. Antônio Mauricio Fonseca, e as ações e metas com ela e com a Sra. Joana; Ressaltou que a proposta é para que essa primeira reunião do grupo de trabalho aconteça em final de junho, e já tenham um esboço dos que sejam esses capítulos e, se for possível, que as pessoas que fiquem responsáveis, na próxima reunião do Colegiado, já apresentem e façam o mesmo sistema que foi feito com o texto que foi trabalhado ontem e, conjuntamente com o Colegiado, construam então um texto comum. Após as deliberações finais, o Sr. **Fabiano Lima** (Ministério da Cultura) agradeceu em nome do CNPC a presença de todos, agradeceu a compreensão pelos problemas que tiveram, principalmente a questão de passagens e diárias, e reforçou a solicitação de que a interação seja contínua através dos meios virtuais e da internet. Nada mais havendo a ser tratado naquele momento, o Sr. **Fabiano Lima** (Ministério da Cultura) encerrou a 1ª Reunião do Colegiado Setorial de Culturas Indígenas.